

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2025
NÚCLEO PERMANENTE DE JUSTIÇA RESTAURATIVA (NUJURES)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA
Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES

Desembargadora Waldirene Cordeiro

Supervisora do NUJURES

Dra. Isabelle Sacramento Torturela

Coordenadora do Nujures

Equipe Técnica

Acássia Munira M. Viga Costa Silva - Analista judiciário/Assistente Social

Fredson de Lima Pinheiro - Analista judiciário/Pedagogo

Mirlene Taumaturgo dos Santos - Analista judiciário/Assistente Social

Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa - NUJURES

Rio Branco – AC, 2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA
Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre como parte das atividades desenvolvidas pelo Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (NUJURES) no exercício de 2025.

Resumo

O presente relatório apresenta as atividades realizadas pelo Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (NUPJR) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre no ano de 2025. O documento abrange a implementação de projetos em diversos eixos, como educação, execução penal, violência doméstica, pessoas em situação de rua e segurança pública, visando à promoção de uma cultura de paz e à resolução pacífica de conflitos. As ações foram conduzidas com base em parcerias interinstitucionais, formação de facilitadores e expansão das práticas restaurativas para o interior do estado, principalmente, no eixo da educação. Além disso, o relatório destaca os avanços obtidos, como a ampliação de formações e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa, Cultura de Paz, Tribunal de Justiça do Acre, Gestão 2025, Resolutividade.

Sumário

1. **Introdução**.....05
2. **Principais Ações Realizadas em 2025**.....05
   2.1. Eixo Execução Penal 05
   2.2. Eixo Educação 11
   2.3 Eixo Violência Doméstica 26
   2.3. Eixo Pessoa em Situação de Rua 33
   2.4. Eixo Segurança Pública 46
3. **Outras Informações** 49
4. **Processos Restaurativos em Números**..... 68
5. **Conclusão** 69

1. INTRODUÇÃO

Este relatório detalha de forma pormenorizada as ações realizadas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa (NUJURES) e pelo Centro de Justiça Restaurativa da Comarca de Rio Branco (CEJURES/RB) no ano de 2025 com o escopo de implantar, expandir e estreitar as ações de Justiça Restaurativa em todo o estado do Acre, bem como a expansão das ações aos órgãos públicos que integram a rede.

2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2025

O Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa desempenhou diversas ações ao longo de 2025, organizadas em eixos temáticos que abrangem diferentes áreas de atuação. Estas iniciativas foram orientadas por diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e articuladas em parceria com diversas instituições públicas e privadas.

2.1. Eixo Execução Penal

Objetivo: Colaborar na construção de uma cultura de paz no ambiente prisional, utilizando práticas restaurativas na resolução de conflitos.

2.1.1. Atividades desenvolvidas no mês de Janeiro

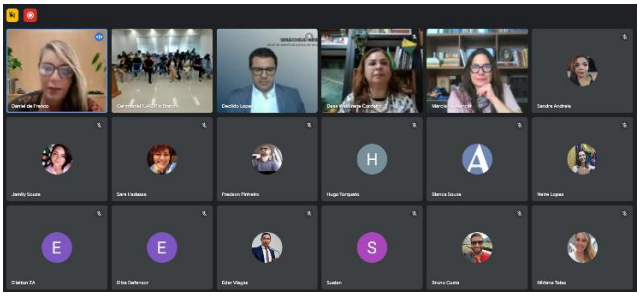
Práticas de Justiça Restaurativa serão implementadas no sistema prisional do Acre

Na manhã do dia 15, foi realizado o webinário "Justiça Restaurativa: Inovação e Desafios". A ação ocorreu de forma híbrida por videoconferência e, presencialmente, no Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), marcando o início das atividades do grupo de trabalho, criado pela Portaria n.° 5637/2024 do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), que tem por objetivo a

implantação das práticas de Justiça Restaurativa no Sistema Prisional do Estado do Acre.

A abertura do evento foi conduzida pela desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa do TJAC. Na oportunidade, a desembargadora contextualizou o panorama de ações institucionais em andamento e o que está previsto para este ano de 2025, principalmente o fortalecimento da prática com formações educacionais.
Virtualmente, participaram os juízes de Direito Robson Medeiros, Hugo Torquato, Elielton Zanoli e Eder Viegas do TJAC. Na tribuna, o diretor do Iapen, Marcos Frank, confirmou o engajamento da instituição para o melhor cumprimento das penas.





A primeira palestrante do webinário foi a psicóloga Marcia Alencar, membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Ao falar sobre o modelo restaurativo, ela ratificou que esse não afeta a pena, mas imprime o caráter ressocializador, por meio do tratamento humano:
"Essa compreensão é fundamental para mitigar opiniões estigmatizadas. É preciso entender que se trata de uma política para restaurar as pessoas, não a dosimetria das penas. O tratamento penal deve ser focado na responsabilização da conduta, mas no ambiente intramuros não podemos reproduzir violências. A Justiça Restaurativa não é sobre impunidade ou descumprimento das condições impostas na condenação, mas sim um mindset voltado para a proteção. A sociedade precisa de uma resposta eficaz, que depende do reencontro com a justiça social", declarou Alencar.

A programação prosseguiu com o juiz Decildo Lopes, coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), que falou sobre os avanços materializados pelo Poder Judiciário goiano e o trabalho dos círculos restaurativos. "Uma percepção que eu tenho é que o indivíduo quando chega no sistema prisional não faz uma verdadeira reflexão sobre ter um cometido um erro ou como vai voltar a sociedade. Há tantas dificuldades no dia a dia, que a reinvindicação fica limitada a sobrevivência e não se fala sobre ferramentas e valores que possam transformar as suas vidas realmente".



Miriane Teles *com fotos cedidas | Comunicação TJAC

Presídio feminino de Rio Branco é a primeira unidade do Estado a desenvolver práticas de Justiça Restaurativa

Promover justiça não é apenas emitir sentenças e decisões. Promover justiça envolve atuar na promoção de direitos, articular meios com os poderes Executivos e Legislativo para que as ordens sejam cumpridas, e percebendo as transformações sociais e tecnológicas, promover a pacificação social. Nesse sentido o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (NPJR), atua e nessa direção. A adesão do Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen/AC) com realização de oficinas de

práticas restaurativas para 30 mulheres no Presídio Feminino de Rio Branco é um avanço na área.

E nesta sexta-feira, 31, a presidente do TJAC, Regina Ferrari, a supervisora do NPJR, desembargadora Waldirene Cordeiro, a juíza coordenadora do NUPJR, Andréa Brito, assim como, representantes da Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE/AC), equipe técnica do Centro de Justiça Restaurativa (Cejures) e do Iapen participaram do encerramento das oficinas que foram realizadas com as detentas.

Essas mulheres serão multiplicadoras dos conhecimentos, repassando para outras colegas que não participaram desta formação. O objetivo é desenvolver e implementar protocolo de governança restaurativa, com finalidade de promover a resolução pacífica de conflitos, a reparação de danos e a reintegração social dessas mulheres. Além disso, a partir de agora equipe da Justiça Restaurativa do Acre irá periodicamente estimular a realização dos círculos dentro da unidade.

Para execução desse projeto piloto, o Iapen captou R$ 73.910,20 do Fundo de Penas Pecuniárias da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco (Vepma). As formações iniciaram no último dia 20 de janeiro e foram ministradas pelas instrutoras Sabrina Paroli e Paloma Graf, com apoio da equipe técnica do Cejures do TJAC.





A presidente do TJAC relembrou as iniciativas profissionalizantes realizadas no âmbito dos sistemas carcerários e socioeducativo. Por isso, dando continuidade na política judiciária de profissionalização de pessoas em cumprimento de penas privativas de liberdade, a desembargadora anunciou a 2ª edição da oficina de Fuxico, com patrocínio das coordenadorias Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv) e da Infância e Juventude (CIJ) da Justiça do Acre.

Então, Ferrari convidou todas as reeducandas a contribuírem com a construção da paz: "É uma oportunidade para vocês transformarem e restaurarem para melhor. Que cada uma de vocês se lembrem que tem gente lá fora esperando vocês, vocês sabem a importância de encontrar a família. Então, que vocês possam exercitar a força de ser um aprendiz da liberdade, do quanto o lar é importante, para que quando vocês se sentirem tentadas a fazerem algo em conflito com a lei, vocês possam dizer: não. Chega de dor no mundo, que não sejamos nós a contribuir para aumentar as dores do mundo, sejamos artífices da paz", pediu a magistrada.

A supervisora do Núcleo falou sobre os objetivos da Justiça Restaurativa na transformação individual de cada uma: "Estar aqui hoje é motivo de felicidade e emoção, nesse projeto apoiado por todas e todos. E o que queremos é transformação, não estamos aqui para tratar do que as trouxe até aqui. Mas, o daqui para frente, a transformação interior. A Justiça Restaurativa tem objetivo de promover a mudança, fazer com que vocês que estão aqui pensem diferente e que quem cuide de vocês também tenham empatia. Justiça Restaurativa é um olhar diferenciado, uma política do CNJ, com apoio da Presidência do TJ, da Defensoria. Nós queremos que após o momento de vocês aqui, para que quando saírem tenham uma vida diferente", disse a desembargadora Waldirene Cordeiro.

2.1.2. Atividades desenvolvidas no mês de Fevereiro

TJAC oferece palestra para mulheres pré-egressas do sistema prisional

"Nós somos aqueles por quem estamos esperando", com essa citação a empresária iniciou palestra falando sobre força e perseverança

"Empreender é libertador" foi o tema do *talk show* realizado nesta quinta-feira, 27, no auditório Ana Maria Rosa Bayma Azevedo da Universidade Federal do Acre (UFAC). O evento foi realizado pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica (Comsiv), com o apoio da Secretaria de Estado das Mulheres (Semulher) e do Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen/AC).

Na plateia, havia 53 mulheres que estão cumprindo pena em regime semiaberto. Essas estão na condição de pré-egressas do sistema prisional, isto é, na fase final do cumprimento da pena. A ação educativa compõe a programação do "Mês da Mulher", foi idealizada para estimular o empreendedorismo e incentivar o desenvolvimento de novas habilidades para um público que possui múltiplas vulnerabilidades.

Na abertura, o diretor da Integração Social do Iapen, André Vinicio e o chefe da Monitoração Eletrônica, Vinicius D'anzicourt, dedicaram palavras de motivação para as participantes, no sentido de focar na independência financeira e organização dos planos.

Em consonância, a chefe do departamento de Autonomia Econômica e Política de Cuidados da Semulher, Vanessa Rosella, ressaltou o esforço institucional para a promoção de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Além de agradecer as parcerias construídas para a realização desse encontro, a coordenadora da Comsiv e titular da Vara de Execução Penal e Medidas

Alternativas (Vepma), juíza Andrea Brito, provocou reflexões relacionadas às trajetórias, interrupção da pobreza e Justiça Restaurativa.



2.2. Eixo Educação

Principais ações realizadas

Objetivo: Colaborar para o retorno ao convívio social e familiar das pré-egressas, com foco na prevenção da reincidência criminal e na promoção da dignidade humana.

2.2.1. Atividades desenvolvidas no mês março

Equipe técnica do CEJURES faz reunião com equipe da Secretária Estadual de Educação para definir o cronograma dos cursos práticos de Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa para o ano em curso

No dia 11 de março, às 08h, no anexo da Secretária Estadual de Educação (SEE), a equipe ténica do CEJURES reuniu-se com os técnicos da SEE para alinhar o organograma da oferta dos cursos práticos. Esses cursos têm como

objetivo capacitar os profissionais da educação para a realização de círculos restaurativos em escolas de Rio Branco, Brasiléia, Epitaciolândia, Sena Madureira, Feijó, Taraucá e Cruzeiro do Sul.

Essa iniciativa resulta do Acordo de Cooperação Técnica nº 33/2024 firmado entre o TJAC e a SEE . O acordo fundamentado nos termos do Acordo de Cooperação Técnica MEC n. 43/2023 e CNJ n. 23/2023, estabelece uma parceria entre as instituições para viabilizar a implantação do Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas, no intuito de contribuir com a promoção de um novo modelo de Justiça voltado para a solução de conflitos.



TJAC implementa projeto de Justiça Restaurativa nas escolas em mais três municípios acreanos

Continuando com o trabalho iniciado a partir da provocação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que firmou em 2023 cooperação técnica com Ministério da Educação, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) por meio do Centro de Justiça Restaurativa (Cejures) iniciou nesta semana, entre os dias 24 e 26, a

implementação de projeto de Justiça Restaurativa nas escolas em mais três municípios do interior do estado, Sena Madureira, Feijó e Tarauacá.

O objetivo é fomentar a promoção desse novo modelo de Justiça, voltado para solução pacífica de conflitos no ambiente escolar. Dessa maneira, a parceria entre o TJAC e a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte na área, contribui com a promoção de convivência escolar mais saudável, pautada no diálogo, construção de responsabilidade e reparação de danos quando for necessário.

Em 2024, o Cejures capacitou 90 educadoras e educares da rede estadual em teoria de Justiça Restaurativa, nas cidades de Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil e Rio Branco. Então, agora, as facilitadoras do Cejures, Acássia Martins e Mirlene Taumaturgo acompanhadas da chefe de Departamento de Segurança Escola, Milla Almeia e da chefe de Divisão de Projetos de Integração e Prevenção de Violência, Maria Betânia deram formação nas três cidades.

Levar práticas restaurativas para unidades de ensino oportuniza que as pessoas envolvidas em conflitos nesses ambientes tenham voz ativa na resolução dos problemas, melhorando a convivência social da comunidade escolar e também no entorno.











2.2.2. Atividades desenvolvidas no mês abril

Equipe técnica do CEJURES faz reunião no dia 15/04/2025 com equipe da Secretária Estadual de Educação para alinhamento do convênio para a Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa para o ano em curso

A equipe técnica do **CEJURES** realizou, no dia **15/04/2025**, uma reunião com representantes da **Secretaria Estadual de Educação** para alinhar os detalhes do convênio destinado à **Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa** no ano em curso.

Durante o encontro, foram discutidas as etapas de planejamento, organização e execução das atividades formativas, com foco na ampliação da cultura de paz e no fortalecimento das práticas restaurativas no ambiente escolar. As equipes dialogaram sobre cronograma, critérios de seleção dos participantes, responsabilidades institucionais e estratégias para garantir o impacto e a continuidade das ações.

A reunião reafirmou o compromisso conjunto entre CEJURES e Secretaria de Educação em promover uma formação qualificada, capaz de preparar

profissionais para atuar de forma sensível, responsável e eficaz na mediação de conflitos e na construção de ambientes escolares mais seguros, humanizados e colaborativos.



Educação do Acre promove cultura de paz nas escolas com mais atividades da Semana da Convivência Escolar

Abrir espaço para que os estudantes compartilhem sentimentos, experiências e reflitam sobre atitudes que possam gerar conflitos ou afastamento entre colegas, esse é o objetivo do Círculo de Construção de Paz, realizado nesta segunda, 28, com alunos da escola de ensino médio Clícia Gadelha.





A atividade compõe a programação da Semana da Convivência Escolar realizada pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE) e é parte do projeto

Justiça Restaurativa que, em parceria com o Tribunal de Justiça do Acre, vem sendo implementado em diversas unidades de ensino no Acre.

A chefe da Divisão de Projetos e Preventivos à Violência do Departamento de Segurança Escolar da SEE, Maria Betânia Freitas, explica que os círculos são ferramentas fundamentais para promover a cultura de paz no ambiente escolar.

"O círculo de construção de paz é uma prática importante para restaurar a convivência entre os alunos, criando um espaço seguro de escuta e respeito. É uma das ações do projeto Justiça Restaurativa, que busca estimular o diálogo e a empatia como caminhos para a resolução de conflitos", destacou.



Além dos círculos de construção de paz, o projeto Justiça Restaurativa desenvolve outras ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento de situações de violência no ambiente escolar, como mediação de conflitos, oficinas temáticas e formações continuadas para gestores, professores e demais profissionais da educação.

O objetivo é disseminar práticas que contribuam para a construção de uma cultura de não violência e para o fortalecimento das relações saudáveis na comunidade escolar.





De acordo com Fredson Pinheiro, analista judiciário e pedagogo do Tribunal de Justiça, o método permite que os próprios envolvidos nos conflitos sejam protagonistas na busca por soluções, promovendo a reflexão sobre comportamentos e suas consequências.

"Nos círculos, abordamos temas como respeito às diferenças, questões de gênero, raça e sexualidade, ajudando os alunos a perceberem que, muitas vezes, atitudes e falas impensadas podem machucar o outro", afirmou.

2.2.3. Atividades desenvolvidas no mês maio

Núcleo da Justiça Restaurativa do TJAC realiza capacitação com profissionais da educação em Brasiléia

Reforçando o compromisso social e com o objetivo de estabelecer mais harmonia nos ambientes educacionais, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures), têm levado para inúmeras escolas públicas a prática da Justiça Restaurativa (JR). Nesta quinta-feira, 8,

profissionais que atuam no sistema educacional do município de Brasileia participaram do curso de formação de facilitadores em JR.

No auditório do Centro de Educação Profissional (CEDUP) de Brasiléia, professores, educadores e gestores compareceram com o intuito de compreender esse modelo de justiça, que prioriza a resolução de conflitos, com foco no diálogo, reparação e restauração. A prática levada para as escolas, por meio da parceria entre o Poder Judiciário acreano e Secretaria de Educação, reúne vivências para a transformação dos atores das instituições de ensino.

A atividade contou com a presença da supervisora do Nujures desembargadora Waldirene Cordeiro, da coordenadora juíza de Direito Andréa da Silva Brito, do juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Brasiléia Guilherme Miotto, dos formadores Fredson de Lima Pinheiro e Mirlene Thaumaturgo e do secretário Adjunto de Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Educação Reginaldo Prates. Além de representantes do Ministério Público, da Prefeitura de Brasiléia e profissionais que atuam no sistema educacional.



"É sempre uma satisfação trabalhar com a JR", assim definiu a supervisora da Justiça Restaurativa do TJAC, desembargadora Waldirene Cordeiro. "Com essa formação, esses profissionais poderão compreender do que se trata a Justiça Restaurativa, que é um olhar diferenciado para resolução efetiva de um conflito.

Não se trata, como alguns querem dizer, de impunidade, mas de um olhar diferenciado para que a gente possa resolver a situação. Lembrar também que Justiça Restaurativa cabe em qualquer lugar, em qualquer organização, porque o que nós queremos é paz social e justiça com a igualdade, com a fraternidade, e a empatia se espraia em todos os lugares e nós temos certeza que nós vamos formar uma sociedade muito melhor", finalizou a magistrada.

Para o 3º sargento da Policia Militar do Acre (PMAC) Josinei da Silva Alves, que atua no policiamento escolar, comentou sobre sua experiência com a JR. "Falar de Justiça Restaurativa no ambiente escolar pra gente é de uma felicidade muito grande e de uma certeza de que a escola pode ser transformada de fato com a JR, porque a gente sabe que hoje os principais problemas das escolas estão relacionados não com o aluno em si, mas com a relação que ele tem, por exemplo, com a família, com sua bagagem cultural e as referências que eles trazem de casa. Acredito que a Justiça Restaurativa, com os círculos de paz nas escolas, vai ter esse poder transformador mesmo e transformador de mentes. Com as ferramentas da JR poderemos levar esses jovens a refletirem, questionarem e auxilia-los eles terem uma outra visão de mundo", concluiu o militar.

Em 2024, o Nujures capacitou 90 educadoras e educadores da rede estadual em teoria de Justiça Restaurativa. Em 2025, o curso já foi realizado em Rio Branco e agora segue para todos os municípios acreanos.

As ações tem apoio da Escola do Poder Judiciário (Esjud) e alinhadas com os direcionamentos da Coordenadoria do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), liderado pelo conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha.

Educadores de Rio Branco são capacitados para atuar com Justiça

Restaurativa nas escolas

Mais uma turma de profissionais da educação finalizou o curso "Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa na Educação: formação e prática", no final de maio. Dessa vez, foram capacitadas pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Centro de Justiça Restaurativa (Cejures), educadoras e educadores da capital, durante os sábados do mês de maio.

Os facilitadores do Cejures Mirlene Taumaturgo e Fredson Pinheiro ministraram a capacitação, realizada com apoio da Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud). Antes de Rio Branco, as Comarcas de Brasiléia, Epitaciolância e Assis Brasil já haviam recebido a formação. Agora, a atividade será levada para Cruzeiro do Sul e, conforme o calendário de formações, ainda passarão em Tarauacá, Feijó e Sena Madureira.

A atividade tem o objetivo de contribuir com a construção de ambientes escolares mais saudáveis, inclusivos e colaborativos, com foco na prevenção e na resolução pacífica de conflitos, evitando, assim, a escalada da violência e reduzindo a emissão de medidas de punição, como suspensões e processos disciplinares.

A ação está de acordo com as normatizações e programas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como os Acordos de Cooperação Técnica nº 43/2023 e nº 23/2023, celebrados com a União, bem como com o artigo 29-A da Resolução CNJ nº 225/2016, ambos visando a implementação do projeto Justiça Restaurativa nas Escolas.






2.2.4. Atividades desenvolvidas no mês junho

Representantes da Justiça Restaurativa participam do Seminário Estadual de Segurança Escolar

Nesta quarta-feira, 18, foi realizado o Seminário Estadual de Segurança Escolar na Igreja Paz Church em Brasiléia. As representantes da Justiça Restaurativa (CIJ) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Waldirene Cordeiro, a juíza Andrea Brito e a servidora Mirlene Thaumaturgo participaram da agenda.

O evento realizado pela Secretaria Estadual de Educação (SEE) oportunizou o diálogo sobre práticas e políticas públicas para fortalecer a Rede de Proteção no Acre. Nesse sentido, a integração entre a educação, segurança, justiça tem o objetivo de transformar as escolas em espaços de paz, acolhimento e proteção.

Na abertura, a desembargadora Waldirene colaborou no painel "A Escola e a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes", destacando principalmente o envolvimento dos estudantes na resolução de conflitos. Junto às falas que sucederam foi construído um olhar multidisciplinar sobre a realidade local, deste modo provocando reflexões importantes para o público, composto por servidoras, servidores, professoras, professores e integrantes da comunidade escolar.



A programação se concluiu com o painel ministrado pelo departamento de Segurança Escolar, que apresentou a Plataforma Atena, ficha de informação, Manual de Protocolo e fluxo da Rede de Proteção. Assim, o seminário tornou-se um marco na consolidação de uma rede estruturada voltada à prevenção da violência e cidadania em Brasiléia.





Também participaram da agenda: o prefeito de Brasiléia, Carlinhos do Pelado, o secretário estadual de Educação, Aberson Carvalho; os promotores de Justiça Rodrigo Curti e Francisco Maia, o presidente do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, Hélio Koury; o secretário adjunto de Administração da SEE, Reginaldo Prates.

REUNIÃO DE ALINHAMENTO PARA FORMAÇÃO DA NOVA TURMA DE CRUZEIRO DO SUL 30/07/2025



2.2.5. Atividades desenvolvidas no mês agosto

REUNIÃO COM EQUIPE DA SEE PARA ALINHAMENTO DAS AÇÕES E SUPERVISÃO DOS PROJETOS

No dia 22/08/2025 a equipe no CEJURES com a equipe da SEE reuniu-se na sala do CEJURES para alinhar as ações e supervisão dos projetos realizados pelas escolas nas formações dadas no Estado. O objetivo é acompanhar como estão sendo desenvolvidas as práticas restaurativas no ambito escolar e seu impacto.



2.2.6. Atividades desenvolvidas no mês novembro

REUNIÃO COM PRÓ-REITORA E PROCURADOR DO IFAC PARA ALINHAMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

A equipe de Justiça Restaurativa reuniu-se no dia **03/11/2025** com a Pró-reitora e o Procurador do IFAC para alinhamento do Termo de Cooperação Técnica nº 37/2025, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Instituto Federal do Acre. Durante o encontro, foram discutidos os encaminhamentos necessários para a instalação do Núcleo de Justiça Restaurativa no Instituto,

fortalecendo a implementação de um modelo inovador de resolução de conflitos no ambiente escolar.

O diálogo reafirmou o compromisso institucional com práticas restaurativas voltadas à indisciplina, atos infracionais e delitos de menor potencial ofensivo, priorizando o protagonismo de vítimas e ofensores na construção de acordos.

Como deliberação, a Pró-reitora comprometeu-se a **planejar uma capacitação para a comissão técnica no início do ano letivo de 2026**, de modo a garantir preparo adequado para a atuação no Núcleo de Justiça Restaurativa. Também foram definidas diretrizes para a operacionalização dos procedimentos, com acordos realizados no próprio IFAC e encaminhamento ao Judiciário apenas para homologação quando necessário, assegurando agilidade e efetividade ao processo restaurativo.



2.3. Eixo Violência Doméstica

Principais ações realizadas

Objetivo: Implantar Grupo Reflexivo para atender autores de Violência

Doméstica nas dependências (Judiciário e/ou Secretaria de Assistência Social) das comarcas com equipe de multiplicadores próprios; com perspectiva responsabilizante e educativa, contribuindo assim, para a redução da violência de gênero e reentrada desses autores no sistema de justiça.

2.3.1 Atividades desenvolvidas no mês de fevereiro

Integrantes do Grupo Reflexivo alinham ações para autores de violência doméstica

*O objetivo da reunião foi harmonizar as práticas adotadas no atendimento aos autores de violência, garantindo que as metodologias aplicadas estejam alinhadas com os princípios da prevenção e da ressocialização***.**

Integrantes do Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher se reuniram, nesta quinta-feira, 27, para discutir e alinhar as estratégias de atuação junto aos participantes do programa. O encontro contou com a presença de representantes da capital e do interior, reforçando a necessidade de um trabalho conjunto entre os diversos atores da rede de apoio.

O objetivo da reunião foi harmonizar as práticas adotadas no atendimento aos autores de violência, garantindo que as metodologias aplicadas estejam alinhadas com os princípios da prevenção e da ressocialização. Durante as discussões, foram apresentadas experiências bem como os desafios enfrentados, além disso, debateram sobre organização de dados e ações educativas de proteção à mulher para o mês de março.



A juíza de Direito Andrea Brito, do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa, enfatizou que a troca de informações e a padronização de diretrizes são fundamentais para garantir a efetividade das ações desenvolvidas pelo grupo. Segundo ela, a integração entre as equipes da capital e do interior permite uma abordagem mais coesa e eficaz no enfrentamento da violência doméstica.

A reunião também enfatizou a importância da colaboração entre instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, na finalidade de fortalecer o suporte oferecido aos autores de violência e contribuir para a redução dos índices de reincidência.

O Grupo Reflexivo seguirá promovendo encontros periódicos para avaliação dos resultados e ajuste das estratégias.

2.3.2 Atividades desenvolvidas no mês de junho

Encontro sobre grupos reflexivos fortalece atuação da rede de proteção à mulher

Na manhã desta quarta-feira, 25, ocorreu a reunião com os representantes dos grupos reflexivos de autores de violência doméstica no auditório da Escola do

Poder Judiciário (Esjud). A ação envolveu instituições que atuam em Rio Branco para o compartilhamento de boas práticas.

Na abertura a desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), explicou que os círculos reflexivos são um dos mecanismos e ferramentas que estão sendo multiplicados nos municípios acreanos, sendo que uma das aplicações principais é com autores de violência doméstica.





A programação se completou com as explanações do chefe da Monitoração Eletrônica do Instituto de Administração Penitenciária (Iapen/AC), Vinicius D'Anzicourt, que expôs sobre o fluxo operacional. A assistente social do Iapen, Jandira Bandeira, trouxe dados sobre a responsabilização da Central Integrada de Alternativas Penais (Ciap/Rio Branco): até maio deste ano 308 pessoas foram atendidas pelo Ciap e 26 respondem por violência doméstica. Já a coordenadora do Núcleo Social de Monitoramento Eletrônico, Isabelle Pinho, tratou sobre a atuação técnica para cumprimento de medidas protetivas e apresentou casos de atendimentos.

Por fim, a servidora do TJAC Mirlene Thaumaturgo explicitou os eixos de trabalho do Nujures, apresentando relatos e registros de diferentes ações como o Projeto Educar para Transformar, Incluir para Recomeçar e Sonhando com a Liberdade.

2.3.3 Atividades desenvolvidas no mês de julho

TJAC capacita novos multiplicadores em grupos reflexivos para homens agressores

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures), realizou o curso de Formação de Multiplicadores e Facilitadores de Grupos Reflexivos para autores de violência doméstica e familiar no município de Sena Madureira.

A capacitação ocorreu de 16 a 18 de julho, com integrantes da rede de proteção municipal de proteção às vítimas de violência doméstica e familiar. Nela, 11 novas multiplicadoras e multiplicadores desenvolveram habilidades para atuar na mediação dos grupos reflexivos para homens agressores, com uma visão crítica e comunicação não-violenta.





A ação faz parte das medidas de proteção dos direitos das mulheres desenvolvidas pelo Judiciário acreano. Dentre elas, está a capacitação de profissionais para atuar nos grupos reflexivos para homens, iniciativa de reeducação de agressores. Desta vez, participaram da formação servidoras e servidores do Ministério Público do Acre (MPAC) e da prefeitura de Sena Madureira.

Até o momento, quatro municípios contam com grupos reflexivos para homens agressores implementados, são eles: Cruzeiro do Sul, Feijó, Rio Branco e Tarauacá. Segundo a servidora do NUJURES, Mirlene Thaumaturgo, em breve será instalada também uma unidade em Sena Madureira.

A capacitação contou com o apoio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência (Cosiv) e da Escola do Poder Judiciário (Esjud). E faz parte da política nacional de combate à violência doméstica, previsto na Lei n.º 11.340/2006 e em Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2.3.4 Atividades desenvolvidas no mês de outubro

TJAC promove curso sobre grupos reflexivos para homens autores de violência

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cosiv) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) promoveu, entre os dias 7 e 9 de outubro, o Curso de Formação sobre Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica, em parceria com a Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre (Esjud).

A abertura do curso ocorreu na tarde da terça-feira, 7, no auditório da Esjud, em Rio Branco. O evento reuniu servidoras e servidores do Judiciário acreano, além de profissionais da área da Saúde, Segurança Pública, Educação e Assistência Social, que atuam na Rede de Proteção à Mulher.





O curso visa dar continuidade à capacitação de facilitadores que trabalham com grupos de homens autores de violência contra mulheres (GHAV), a partir de metodologias reflexivas e nas normas nacionais e internacionais sobre o tema. O objetivo é compreender a violência como uma construção social que influencia a formação subjetiva dos indivíduos.

A ação educativa faz parte das medidas adotas pelo Judiciário do Acre em prol dos direitos das mulheres. Além disso, atende à política nacional de combate à violência doméstica, prevista na Lei Maria da Penha (n.º 11.340/2006) e nas normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na ocasião, o vice-diretor da Esjud, desembargador Júnior Alberto, ressaltou os esforços do TJAC para expandir o programa voltado à reflexão e responsabilização de homens agressores em todo estado. Ele também destacou o papel do Judiciário no combate à violência contra a mulher.

"Este momento representa um passo significativo do nosso compromisso institucional com a formação continuada, com a promoção da justiça, e, sobretudo, com a defesa dos direitos humanos e com a dignidade da pessoa humana. Sabemos que a violência doméstica tem prejudicado muitos lares. Então, é muito importante a instituição capacitar profissionais visando enfrentar este mal da sociedade", afirmou o desembargador.

A vice-coordenadora da Cosiv, juíza Evelin Bueno, discorreu sobre a importância do curso para o fortalecimento da cultura de paz. "A violência doméstica é uma realidade, não só no Acre, mas em todo Brasil, complexa e que atravessa vários lares, gerações e histórias. Nosso objetivo aqui não é fazer qualquer tipo de julgamento, mas, sim, estabelecer um espaço de compreensão e transformação", concluiu.

Por fim, o responsável pela formação, professor Adriano Beiras, abordou em sua apresentação os principais conceitos teóricos para a intervenção em abordagem reflexiva, conteúdos teóricos referentes ao fenômeno da violência contra as mulheres, estudos sobre masculinidades e abordagens com grupos reflexivos.

2.4. Eixo pessoa em situação de rua

Principais ações realizadas

Objetivo: Contribuir para a pacificação social e humanização da justiça bem como, oferecer a realização de práticas restaurativas na fase pré-processual e processual, a fim de reforçar a dignidade, autoestima e desenvolvimento de habilidades para lidar com conflitos sem violência.

2.4.1 Atividades desenvolvidas no mês de fevereiro/2025

TÉCNICOS DO CEJURES/RB se reunem com novo coordenador do Centro POP para apresentar o trabalho da Justiça Restaurativa voltadas para pessoas em situação de rua

A Equipe Técnica do Centro de Justiça Restaurativa da Comarca de Rio Branco CEJURES/RB se reuniu, no dia 06.02.2025, com o novo coordenado do Centro POP, senhor Gabriel, para apresentar os trabalhos da Justiça Restaurativa executado com as pessoas em situação de rua, bem como para ouvir os anseios

do atual gestor.



2.4.2 Atividades desenvolvidas no mês de março/2025

PopRuaJud: Justiça do Acre integra Comitê Nacional e atua na construção do Plano de Ação 2025

O Poder Judiciário do Acre (PJAC), por meio da juíza de Direito Andréa Brito, participou da Oficina de Elaboração do Plano de Ação PopRuaJud 2025, nos dias 13 e 14 de março, na sede da Escola Nacional de Formação (Enfam), em Brasília. O evento reuniu representantes de todos os Tribunais brasileiros para planejar ações que ampliem o acesso à justiça para pessoas em situação de rua (PSR) e populações vulneráveis, em sintonia com a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua (PSR), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2021, com a presença do presidente do Comitê Nacional PopRuaJud, o conselheiro Pablo Coutinho, bem como da coordenadora executiva, a juíza federal do TRF-3 Luciana Ortiz.

Durante a abertura das oficinas de elaboração do Plano Nacional do Comitê Pop Rua Jud 2025, lançado na tarde da última sexta-feira, 14, foi divulgado o Relatório Política Nacional de Atenção à Pessoa em Situação de Rua referente

às ações implementadas durante o ano de 2024 com o *ranking* dos Tribunais que mais avançaram na adoção de ações afirmativas e boas práticas em prol da população em situação de rua.

O TJAC ficou em 1º lugar entre todas as Cortes Judiciárias Estaduais de Pequeno Porte do país, com um total de 55,8 pontos no índice PopRuaJud, que permite identificar o nível de maturidade das políticas judiciárias, o estágio de desenvolvimento das iniciativas implementadas, além de mapear lacunas e oportunidades de ‘aperfeiçoamento. No ranking geral, incluídos os Tribunais de médio e grande porte, o TJAC ficou em 4º lugar na categoria Justiça Estadual, à frente de vários Tribunais maiores, alcançando, ainda, a 9ª colocação geral entre todas as Cortes brasileiras, consideradas as Justiças Eleitoral, Federal, Militar e do Trabalho.



Tribunal Regional Federal da 5ª Região	83,0
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	75,6
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	73,5
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	69,1
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	64,8
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	64,2
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	58,0
Tribunal de Justiça do Ceará	57,0
Tribunal de Justiça do Acre	55,8
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	54,0
Tribunal de Justiça do Maranhão	53,1
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	52,1
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	47,8
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	46,5
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	45,7
Tribunal de Justiça do Mato Grosso	44,7
Tribunal de Justiça de Pernambuco	42,0

O reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça confirma, mais uma vez, que o Poder Judiciário tem acertado em suas decisões administrativas e de gestão estratégica. Dessa vez na implantação e execução de ações e políticas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua, como mutirões de atendimento, expedição de documentação civil, garantia de acesso à Justiça, realização de encontros para escuta ativa de representantes de movimentos sociais e alinhamento dos serviços das redes de atenção, entre várias outras iniciativas desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado do Acre durante o ano de 2024.

Ao mesmo tempo em que comemorou o resultado, a magistrada Andréa Brito chamou a atenção para o crescente sem precedentes no número de pessoas em situação de rua no Brasil, ponderando que "o aumento da pobreza e da desigualdade social nos últimos anos, aliado à redução de políticas de bem-estar social, resultou no crescimento dessa população". Atualmente, segundo dados do próprio Comitê Pop Rua Jud, há mais de 300 mil pessoas em todo o país vivendo nessa condição.

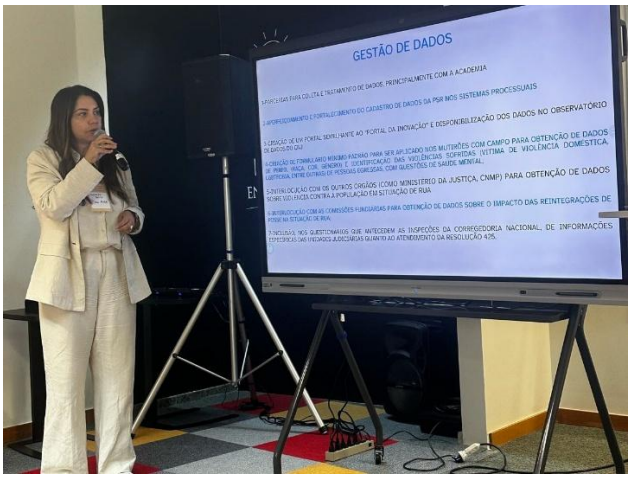
"A presença de pessoas em situação de rua tornou-se cada vez mais evidente nas cidades brasileiras. O Poder Judiciário do Acre compreende a importância de enfrentar esse fenômeno de maneira estrutural e interinstitucional, reconhecendo que a falta de moradia é o fator central que define essa condição. Os Comitês Pop Rua Jud Regionais, criados a partir da **Resolução CNJ n° 425/2021**, têm se mostrado ferramentas essenciais para a implementação de políticas judiciárias voltadas a essa população. Esse modelo é indispensável para garantir que as respostas institucionais sejam adequadas à complexidade das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por essas pessoas", disse.

Durante o evento, a juíza de Direito Andréa Brito também destacou as experiências locais já premiadas, como o "PIDJus PopRuaJud" e o "Incluir para Recomeçar" – do TJAC. A magistrada foi incluída como integrante do Comitê Nacional PopRuaJud pelo presidente do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, por meio da Portaria Nº 25, de 06 de fevereiro de 2025, que alterou a Portaria Nº 180, de 31 de maio de 2022, responsável por instituir o comitê.

Oficina de elaboração do Plano Nacional de Ação

A oficina trabalhou todos os eixos da Política Judiciária para PSR, incluindo os subgrupos Cidadania, Capacitação, Moradia, Gestão de Dados, Mutirões e Novos Protocolos. No subgrupo "Gestão de Dados", as propostas debatidas foram apresentadas pela magistrada acreana que incluiu perguntas específicas nas

inspeções da Corregedoria Nacional, criação de um formulário padrão com dados de perfil e violências sofridas, além do fortalecimento do cadastro de partes com a identificação para a pessoa em situação de rua nos sistemas processuais.



Já os demais subgrupos avançaram em estratégias complementares: em "Novos Protocolos", sugeriu-se disseminar diretrizes via cartilhas e capacitações, mobilizar agentes do Judiciário e da rede de apoio, respeitar a autonomia das mulheres na maternidade e incorporar históricos médicos; em "Cidadania", foram criados núcleos de documentação acessíveis, postos fixos para círculos de paz e pontos digitais em Centros POP, além de articulações para dignidade no óbito e desburocratização de acesso ao CadÚnico e BPC; o subgrupo "Moradia" aprovou projetos com fundo permanente para evitar que egressos e mulheres vítimas de violência doméstica entrem em situação de rua, fortalecendo o auxílio-aluguel e dialogando com comissões fundiárias; e "Capacitação" estabeleceu cursos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e escolas judiciais para o sistema de justiça, além de programas de emancipação para PSR sobre direitos humanos, empregabilidade e moradia adequada, incluindo práticas restaurativas e capacitação de guardas municipais e mídia.

No Subgrupo "Mutirões", foram destacadas propostas como mutirões temáticos especializados em direito previdenciário, trabalhista, cidadania, execução penal

e cultura, além de uma política restaurativa com círculos de paz, educação financeira e encaminhamentos para capacitação e saúde mental. Outras propostas incluíram um manual prático para orientar mutirões, especialmente no interior, e a criação de espaços institucionais, como CEJUSCs, abrigos e unidades móveis, com serviços de saúde, moradia e emprego, em parceria com todo o sistema de justiça, o Executivo (Centro POP e CAPS AD), o Legislativo e a sociedade civil, incluindo o Movimento Popular de Rua.

A magistrada destacou os avanços e a inclusão da magistratura acreana no Comitê Nacional, como resultado do cuidado inclusivo do tribunal com as pessoas em situação de rua. As ações voltadas à população de rua encontram ressonância na Meta 9 do CNJ, que prioriza a inclusão social, e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **Agenda 2030** da Organização das Nações Unidas (ONU), como o ODS 1 – Erradicação da Pobreza, o ODS 10 – Redução das Desigualdades e o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



PidJus no Plano Nacional de Ações

A ampliação no acesso à Justiça no Acre com a criação e interiorização de Pontos de Inclusão Digital do Poder Judiciário (PidJus) foi uma das boas práticas do TJAC reconhecidas pelo CNJ e inseridas no Plano Nacional de Ação 2025 do Comitê Pop

Rua Jud. Os PidJus foram idealizados para facilitar a busca por informações e atendimentos pelo "Balcão Virtual", além de permitir a realização de atos processuais e vários outros serviços em bairros distantes, localidades geograficamente isoladas, inclusive no interior do estado. As unidades têm se mostrado importantes instrumentos para que pessoas em vulnerabilidade, inclusive aquelas em situação de rua, acessem os serviços da Justiça.

A magistrada Andréa Brito também ressaltou que superar o desafio imposto pelo número crescente de pessoas em situação de rua no país exige um olhar sensível e uma abordagem intersetorial e interinstitucional entre todos os atores da Rede de Atenção à Pessoa em Situação de Rua. "O Judiciário do Acre tem atuado ativamente na articulação com outros poderes e órgãos públicos, promovendo o diálogo com organizações sociais especializadas e fortalecendo parcerias com a academia. Além disso, valoriza a escuta dos movimentos sociais que representam essa população, reconhecendo a importância de construir políticas públicas a partir das demandas reais e das experiências daqueles que vivem essa realidade", comentou.

Painel na TV Justiça

Na sexta-feira, 14, a juíza de Direito participou do painel "Gestão Político-Institucional e Gestão de Dados", transmitido pela TV Justiça, oportunidade em que destacou a importância de uma abordagem que leve em conta a verdadeira "via de mão dupla" que há hoje entre o sistema prisional e a população em situação de rua, assinalando a necessidade da adoção de ações que visem a visibilidade e o tratamento adequado dos dados relacionados a essas populações nos sistemas judiciários. Nesse sentido, ela registrou a grande valia do SEEU, do Eproc, SAJ, do PJE, entre outras ferramentas, para a identificação e a visibilização das necessidades das pessoas em situação de rua, além da criação de políticas judiciárias cada vez mais eficazes.



Andrea Brito assinalou a relevância do diálogo com as academias e a necessidade de qualificar pesquisas que ajudem a entender melhor as situações enfrentadas pela população em situação de rua para que, assim, seja buscada uma proteção social mais efetiva e adotada uma abordagem integrada e colaborativa para enfrentar dos desafios que envolvem tanto o sistema prisional quanto a população em situação de rua.

Assista a íntegra dos painéis e apresentação do Plano de Ação 2025 do Comitê Pop Rua Jud no canal do CNJ no YouTube, clicando **aqui** (link seguro). O Relatório Política Nacional de Atenção à Pessoa em Situação de Rua está disponível no site do TJAC, para visualizar o documento clique **aqui** (link seguro).

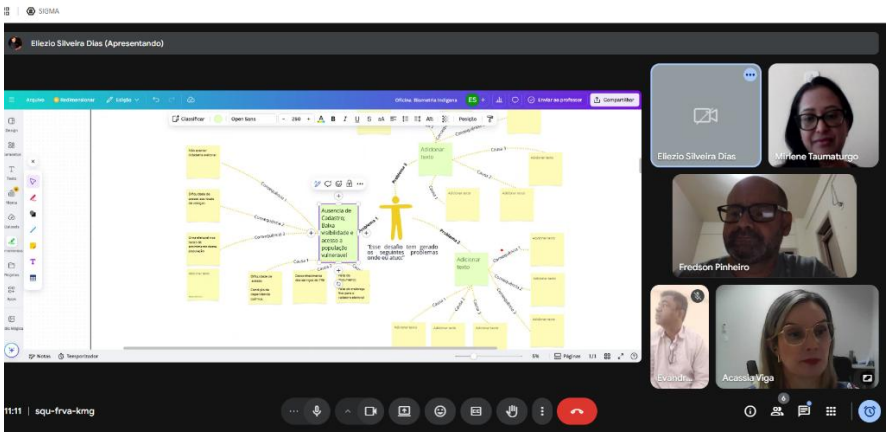
O Comitê Pop Rua Jud é atualmente o maior do Conselho Nacional de Justiça, com mais de 50 membros. Ele faz parte da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e está previsto na **Resolução CNJ nº 425 de 2021**.

2.4.3 Atividades desenvolvidas no mês de julho/2025

Reunião TRE, JR e Setor de Projetos TJ

Na data de 09/07/2025 a Equipe do CEJURES se reuniu com integrante do TRE e equipe de projetos do TJ para traçar fluxo de acompanhamento para pessoas

em situação de rua no atendimento aos serviços do TRE.



Reunião para construção de proposta de orientações para 2º Encontro Nacional Pop Rua Jud – 21/07/2025





Reunião com Equipe do Centro Pop para sondagem de realização de circulos de construção de paz com as pessoas em situação de rua com processos judiciais – 23/07/2025





2.4.4 Atividades desenvolvidas no mês de agosto/2025

TJAC conquista o 1º lugar no Prêmio PopRuaJud do CNJ

Pelo segundo ano consecutivo dois projetos realizados no Judiciário do Acre ganharam o prêmio PopRuaJud do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As ações vencedoras foram:

- "Um Novo Olhar: Proteção Social para Cumpridores de Pena em Situação de Rua Egressos do Sistema Prisional", em 1º lugar na categoria "Impacto Social e Transformação";
- "Identificar para Incluir: Política de Visibilidade do Poder Judiciário do Acre para Pessoas em Situação de Rua" que ficou em 2º lugar, na categoria "Inovação na Prestação de Serviços Judiciais".

A cerimônia de premiação marcou o encerramento do II Encontro Nacional PopRuaJud, em São Luís, no Maranhão, nesta sexta-feira, 15 de agosto de 2025.

O desembargador Francisco Djalma, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), juntamente com a juíza do GMF, Andréa Brito, receberam os troféus em nome do Judiciário acreano.

Também compareceram ao evento, que teve início na quarta-feira, 13, o corregedor-geral da Justiça, Nonato Maia; juízes de Direito, Robson Aleixo – do GMF; e Elielton Armondes, titular da Vara Criminal de Cruzeiro; assim como, a secretária do GMF, Débora Nogueira e a servidora Acassia Martins.

"As premiações recebidas pelo nosso Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF, no Prêmio CNJ PopRuaJud 2025, representam o reconhecimento nacional do compromisso do Tribunal de Justiça do Acre com a inclusão social e a inovação na prestação jurisdicional. Projetos como 'Um Novo Olhar' e 'Identificar para Incluir' demonstram que é possível transformar realidades e garantir direitos, mesmo nos contextos mais desafiadores. Parabenizo o desembargador Francisco Djalma, a juíza Andrea Brito e toda a equipe do GMF pelo trabalho que honra e projeta o Judiciário acreano no cenário nacional", destacou o desembargador-presidente, Laudivon Nogueira.



Projetos vencedores

O Prêmio de Boas Práticas na Política Judiciária PopRuaJud tem o objetivo de reconhecer iniciativas que promovem os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Em 2024, o TJAC já havia se destacado, conquistando o 2º lugar na categoria "Inovação na Prestação dos Serviços Judiciais", com o projeto PIDJus PopRuaJud, e o 3º lugar na categoria "Impacto Social e Transformação", com o projeto "Incluir para Recomeçar".

"Quero, de antemão, agradecer a conquista desse prêmio. Em nome do TJAC, destaco a pessoa da doutora Andréa Brito e toda sua equipe. Ela é uma guerreira na implementação dessas políticas do CNJ no Estado do Acre, de maneira que obtivemos esse grande reconhecimento no PopRuaJud", destacou o desembargador Franscisco Djalma, coordenador do GMF.

"Precisamos dos olhares e saberes dessas equipes do sistema prisional. É necessário compreender que precisamos responsabilizar em democracia e isso significa fazer um olhar especial para a individualização da pena e a proporcionalidade das respostas penais. E não só o Poder Judiciário precisa compreender isso, todas as instituições e suas equipes multidisciplinares estão somando esforços, seus saberes às nossas decisões. A soma de todo esse conhecimento que faz a diferença", destacou a juíza Andréa Brito durante sua fala ao receber a premiação de primeiro colocado no PopRuaJud na categoria "Impacto Social e Transformação".

Neste ano, as iniciativas realizadas na Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas de Rio Branco (Vepma), promovem respeito aos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua que estão no sistema penal. O projeto "Identificar para Incluir" atua para tirar essas pessoas da invisibilidade dentro da área da execução penal, utilizando os marcadores e tarjas eletrônicas do Sistema Eletrônico Unificado (SEEU).

Dessa forma, é possível identificar os processos com pessoas em situação de rua e realizar os encaminhamentos necessários, acionando instituições da rede de apoio e do sistema penitenciário. O intuito é evitar regressão de regime por descumprimento das medidas impostas, que, muitas vezes, ocorre pela falta de condições mínimas, como moradia ou acesso à saúde e até ausência de energia elétrica para carregar tornozeleira eletrônica.



Já o projeto "Um Novo Olhar" implanta a política de ressocialização com construção dos Planos Individuais de Saída (PIS) para pessoas em situação de rua, com envolvimento de todos os atores e instituições públicas, inclusive, com Justiça Restaurativa para resgate de laços familiares.

Os dois projetos estão alinhados ao trabalho do GMF e atendem à Resolução 425 do CNJ e ao Plano Pena Justa. Eles são um convite à transformação da omissão em relação às pessoas encarceradas em situação de rua, com a execução de estratégias efetivas de reintegração social, o rompimento com os padrões de atuação judicial e a adequação da resposta penal ao cenário de vida dessas pessoas.

"Houve uma verdadeira transformação desde a Resolução 425 do CNJ e precisamos compartilhar esse prêmio com as administrações do nosso Judiciário acreano, na pessoa do nosso desembargador-presidente Laudivon Nogueira, e as gestões das desembargadoras Waldirene Cordeiro, Regina Ferrari, onde avançamos muito na compreensão desse novo olhar", concluiu a juíza Andréa Brito.

2.5 Eixo Segurança Pública

Principais ações realizadas

Objetivo: Viabilizar a instalação de um Núcleo de Justiça Restaurativa nas dependências da Delegacia de Atendimento à Mulher, à Criança e ao Adolescente de Cruzeiro do Sul - AC - DEMPCA/CZS.

2.5.1 Ações realizadas no mês de abril

TJAC e Iapen realizam prática de Justiça Restaurativa na penitenciária feminina de Rio Branco

Para que se haja justiça deve haver a promoção de direitos. É com esse objetivo que o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), em parceria com o Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen) tem realizado práticas restaurativas para reeducandas em Rio Branco.

As atividades visam a reintegração das pessoas privadas de liberdade. "A proposta é pacificar as relações, trabalhar as dores e as questões. A Justiça Restaurativa chega com uma política que promove uma transformação social em espaços de privação de liberdade", destacou Andreia Brito, juíza da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas.



Nessa semana, a juíza federal e integrante do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ, Katia Roncada, acompanhou a atividade na penitenciária feminina de Rio Branco. A magistrada afirmou que momentos como este podem levar a mudanças significativas na vida das detentas. "Estimular a vida a partir desses valores pode trazer mudanças muito significativas. Olhando para cada um como um ser humano, que pode, sim, ter errado, mas que pode reconstruir a sua vida, pode sair daqui com muitas esperanças, porque o que nós queremos é que as pessoas tenham a oportunidade de sair e serem acolhidas pela sociedade", declarou.



Mais do que punir, a Justiça Restaurativa propõe escutar, compreender e transformar conflitos. Oferecer práticas restaurativas no sistema prisional representa o investimento na humanização da justiça e na verdadeira ressocialização. "Não é só para o momento em que elas estão vivendo ali,

enquanto privadas de liberdade, mas é um aprendizado para toda uma vida", ressalta Ingrid Suárez, chefe de Departamento de Assistência e Saúde do Iapen.

A reeducanda J. L. N. disse que se sente acolhida durante as oficinas: "esse momento que a gente tem com esse projeto é muito importante, porque nos sentimos acolhidas, abraçadas. Vemos que não é o fim para nós, que aqui está sendo o começo de uma nova história. O passado, os erros que cometemos estão nos ensinando a viver uma nova vida. Precisamos ter dignidade para quando chegar lá fora dar uma boa vida para nossos filhos".

O presidente do Iapen, Marcos Frank Costa, enfatizou a importância da ressocialização. "Nosso trabalho tem se pautado nessa diretriz. Quando nós desenvolvemos o projeto, é porque acreditamos nele. Quando nós empregamos recurso, acreditamos que aquele projeto vai dar certo. Então, acreditamos na recuperação de cada uma".

Paloma Graf, facilitadora da formação para as mulheres privadas de liberdade, compartilhou sua perspectiva sobre essa experiência na capital acreana: "o trabalho desenvolvido aqui foi surreal! Acho que foi a experiência mais impactante da minha vida, não só profissionalmente, como pessoalmente, justamente por ter a oportunidade de conhecer as histórias delas, fazer essa troca, aprender e entender que esse processo foi coletivo".









3. OUTRAS INFORMAÇÕES

3.1 Atividades desenvolvidas no mês de fevereiro

TJAC promove encontro formativo sobre Justiça Restaurativa para tribunais da Região Norte e Nordeste

Nesta sexta-feira, 21, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) realizou reunião formativa com representantes dos tribunais estaduais da região Norte e Nordeste. O Judiciário acreano foi anfitrião do encontro, que ocorreu por videoconferência e teve como tema a "Justiça Restaurativa e a Execução Penal".

Na abertura, a desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures) do TJAC, fez seu pronunciamento enfatizando as aplicações e desafios dessa vertente do programa Fazendo Justiça. Nesse sentido, ela ressaltou o impacto social decorrente do sistema com lógica punitivista, que tem resultado em aumento da população carcerária e de integrantes de facções.

Em seguida, a juíza Mirella Freitas do Tribunal de Justiça do Maranhão fez uma apresentação intitulada "Caminhos Restaurativos na Execução Penal", no qual exibiu um histórico de boas práticas e vivências desenvolvidas em unidades

penitenciárias. Além dos círculos da paz, a magistrada apontou o aprimoramento advindo das alterações normativas na ambiência prisional.

Após a exposições, outros participantes compartilharam mais experiências locais. Um deles foi o servidor do TJAC, Fredson Pinheiro, pertencente ao Nujures, que debateu o viés da ressocialização. "Percebo que os círculos dão a oportunidade de reflexão. Tanto sobre o porquê de estar no cárcere, mas também sobre a vida depois dali. Recentemente, nós também realizamos um círculo com as policiais penais da unidade prisional feminina da capital e foi muito emocionante, trouxe um olhar com humanização", concluiu.

No entendimento do facilitador, a privação de liberdade afeta de maneiras distintas homens, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. De fato, essa opinião foi assentida por muitos integrantes, que também colaboraram com depoimentos evidenciando essa situação.

A facilitadora Rozely Brasileiro do Tribunal de Justiça do Piauí falou sobre sentimentos. "Todas as quintas-feiras eu vou para o presídio e esse é o dia mais feliz da minha semana! Eu sempre tenho experiências que me marcam muito e é um momento importante pra minha vida, porque confirma como transformador é esse trabalho", disse.

No encerramento, a juíza Andrea Brito, titular da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas do TJAC, destacou a potencialidade da Justiça Restaurativa. "Que consigamos avançar fundamentados nesses princípios e valores, com propostas e soluções possíveis, porque esse é o caminho da esperança".



3.2. Atividades desenvolvidas no mês de março

Atuação das mulheres na consolidação da Justiça Restaurativa no Acre é destaque em evento nacional

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do seu Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures), é uma das cinco instituições que promovem, junto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o 1º Encontro de Mulheres na Justiça Restaurativa (JR), entre os dias 19 e 21 de março, em Brasília. O evento alerta para importância de aplicar práticas restaurativas e reconhece o papel desempenhado pelas mulheres na consolidação da JR no Judiciário brasileiro.

O encontro também é organizado pelos tribunais estaduais de Brasília, Maranhão, Minas Gerais e Sergipe. Durante a mesa de abertura, a desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Nujures acreano, conclamou os presentes a implantarem a JR, independente da Resolução do CNJ. Para a magistrada, essa forma de promoção de Justiça deve ser encarada como mais que uma abordagem alternativa para resolução de conflitos.

"A Justiça Restaurativa, como sabemos, é muito mais do que uma abordagem alternativa de resolução de conflitos. Ela propõe uma nova forma de enxergar o direito, as relações interpessoais e, sobretudo, o papel do sistema de justiça na

reconstrução de vidas, no restabelecimento de vínculos e na reparação de danos. E quando falamos de mulheres, é fundamental entender que muitas vezes estamos lidando com uma realidade marcada por desigualdades históricas, violência estrutural e uma vulnerabilidade que muitas vezes não encontra resposta adequada dentro do sistema tradicional", falou a magistrada.

O coordenador da Justiça Restaurativa do CNJ, conselheiro Alexandre Teixeira, destacou que a atuação feminina na área representam subversão as lógicas do patriarcado: "A raiz e o destino das técnicas restaurativas são femininos, já que envolve uma subversão de lógicas associadas ao patriarcado", disse Teixeira.

Programação

Na programação do 1º Encontro estão palestras, painéis e dinâmica, com vivências, e trabalhos corporais. Entre os temas tratados estão: "O feminino e a Justiça Restaurativa", "O corpo como instrumento de cura", "A construção do Projeto Criando Juntas e suas expectativas", "O papel da mulher na construção de caminhos restaurativos na Execução Penal", "Dando voz às mulheres restaurativas".

A juíza de Direito, Andréa Brito, titular da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco (VEPMA) e coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), também ministrou palestra com o tema: "O papel da mulher na construção de caminhos restaurativos na execução penal".









TJAC realiza encontro sobre a aplicação da Justiça Restaurativa nas instituições

A metodologia da Justiça Restaurativa incentiva a resolução de conflitos e a reparação de danos de forma mais humana e participativa

Nesta sexta-feira, 28, o Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) promoveu reunião na Escola do Poder Judiciário (Esjud). O encontro foi um convite para que os líderes das instituições acreanas refletissem sobre as práticas organizacionais e a missão de construir uma sociedade mais pacífica.

Na abertura, a desembargadora Waldirene Cordeiro explicou que os órgãos, entidades e autarquias podem ser catalisadores dos princípios para uma sociedade mais igualitária. "A Justiça Restaurativa é ainda um resgate da nossa ancestralidade, da cultura baseada no respeito e diálogo. Podemos transformar os espaços em locais de acolhimento. Como disse (Ailton) Krenak, 'o futuro é ancestral'. Então, o futuro é a Justiça Restaurativa", declarou a supervisora do Nujures.





Em seguida, a juíza federal Kátia Roncada falou sobre a importância do reconhecimento dos potenciais como caminho para alavancar esse trabalho em cada estado. A facilitadora seguiu com reflexões sobre formas de reparar o tecido social, no tocante ao uso da Justiça Restaurativa nas instituições. Como exemplo, ela sugeriu que as sindicâncias sejam conduzidas com a metodologia da Justiça Restaurativa, assim como processos internos relacionados ao assédio e discriminação.

No encerramento, a juíza Andrea Brito apresentou o histórico da Justiça Restaurativa no Acre, no qual os objetivos têm sido pautados na redução da litigiosidade, a participação ativa e a cultura de paz. Também deu relevo aos

principais eixos de atuação, que são: a educação, segurança pública, pessoas em situação de rua, socioeducativo, violência doméstica e execução penal.

"Para uma transformação sistêmica, é preciso cooperação e apoio. Essa construção coletiva derivará do diálogo, para assim aprimorar a forma como lidamos com os desafios. Então, teremos ambientes de trabalho mais justos e felizes", assinalou.

Participaram da atividade representantes do Ministério Público do Acre, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Instituto de Administração Penitenciária do Acre, Universidade Federal do Acre, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Secretaria de

Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Polícia Militar, Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde.

Esjud promove curso "Reacender a Criatividade em Líderes que tratam o dano e o trauma"

Desenvolver a resiliência, por meio do engajamento pleno do corpo, da mente e do espírito, usando os desafios enfrentados como recursos criativos. Com esse objetivo principal, a Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud) promove nesta semana o curso "Reacender a Criatividade em Líderes que tratam o dano e o trauma".

A abertura da programação teve as presenças do desembargador Luís Camolez, diretor do Órgão de Ensino, e da desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Núcleo Permanente da Justiça Restaurativa (NPJR) no Acre; da juíza de Direito Andréa Brito, titular da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco; de Kátia Roncada, juíza-auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de Katie Mansfield, formadora

do curso, e de Guilherme Duarte, representando a Secretaria de Administração do Estado do Acre (SEAD).







Experimentar e praticar estratégias criativas de facilitação – incluindo processos individuais, de pequenos grupos e de círculo;

Praticar a partilha de poder, envolvendo o conflito como uma energia para a transformação;

Atender às necessidades e narrativas individuais e coletivas de forma holística, sob os pilares de segurança humana e da espiritualidade;

E aprofundar a presença pessoal como ouvinte, testemunha e respondente em contextos de vulnerabilidade e violência.

Concluída capacitação de servidores e magistrados do Núcleo de Justiça Restaurativa

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Escola do Poder Judiciário (Esjud), promoveu na tarde desta sexta-feira, 4, o encerramento do curso "Reacender a Criatividade em Líderes que Tratam o Dano e o Trauma". A atividade teve como facilitadora a especialista em Justiça Restaurativa e transformação de conflitos com foco profundo no trauma e na resiliência Katie Mansfield.

Graduada pela Universidade de Harvard, com Mestrado em Estudos Internacionais de Paz no Instituto Kroc da Universidade de Notre Dame e doutorado em Artes Expressivas e Transformação de Conflitos na Escola de Graduação Europeia, Mansfield é atualmente uma das profissionais mais gabaritadas sobre o assunto, conhecimentos que foram compartilhados com a magistratura acreana durante a semana de atividades promovida pela Esjud.

O evento de encerramento das atividades contou com a presença da supervisora do Núcleo Permanente da Justiça Restaurativa (NPJR), desembargadora Waldirene Cordeiro, representando a Presidência do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC); da juíza auxiliar do CNJ Kátia Roncada; da titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Vepma); além da palestrante Katie Mansfield, que, na oportunidade, foi homenageada e assistiu a uma apresentação do povo originário Huni Kui, que apresentou uma dança tradicional no auditório da Esjud.







Equipe técnica do CEJURES realiza reunião no dia 11/04/2025 com equipe da Secretária Estadual de Saúde e Secretaria Estadual de Educação para tratar de possivel parceira entre os órgãos para atendimentos de prevenção e conflitos aos alunos.



3.3. Atividades desenvolvidas no mês de maio

TJAC realiza ações de Justiça Restaurativa na Semana de Convivência Escolar do Estado e em seminário na universidade

Evitar que um problema se agrave, reestabelecer laços quando ocorre algum trauma. Esses são apenas dois benefícios da implementação de práticas de Justiça Restaurativa (JR), que foram levados para a Escola de Ensino Médio Clícia Gadelha, na última segunda-feira, 28, por agentes do Judiciário do Acre e da Secretária de Estado de Educação e Cultura (SEE) e também em palestra realizada dentro do II Seminário de Psicologia Escolar e Educacional, realizado na terça-feira, 29, no teatro da Universidade Federal do Acre (Ufac).

As estudantes e os estudantes participaram de um círculo de construção da paz, um encontro com metodologia específica, que reúne pessoas envolvidas em conflitos para encontrarem solução do problema de forma conjunta. A previsão é levar práticas restaurativas a Escola Elozira Tomé, como parte da programação da Semana da Convivência Escolar.

O objetivo é promover esse modelo de justiça, que prioriza a resolução de conflitos, com foco no diálogo, reparação e restauração. Nessa atividade,

estavam os facilitadores do Centro de Justiça Restaurativa (Cejures), Acássia Martins e Fredson Pinheiro, assim como, a chefe da Divisão de Projetos Preventos à Violência do Departamento de Segurança Escolar da SEE, Maria Betânia Freitas.

Já no II Seminário de Psicologia Escolar e Educacional, promovido pela SEE, nesta terça e quarta-feira, 29 e 30, a servidora do Judiciário e facilitadora da Justiça Restaurativa, Mirlene Taumaturgo fez palestra apresentando as práticas restaurativas, de prevenção à violência e à indisciplina, além de exemplos de como a aplicação da Justiça Restaurativa transforma conflitos em oportunidades de diálogo, empatia e responsabilização.





Justiça Restaurativa nas Escolas

Projetos na área são realizados pelo do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa, em acordo com o normatizações e programas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a união n.43/2023 e n.23/2023) e o artigo 29-A na Resolução do CNJ n.225/2016, amplos visando a para implementação do projeto Justiça Restaurativa nas Escolas.

Seguindo o CNJ, o Tribunal de Justiça acreano firmou seu próprio Termo de Cooperação Técnica, n.°33/2024 e o Convênio n.°47/2025 com a SEE para levar as escolas da rede pública práticas restaurativas. Dentro dessa cooperação foram

ofertadas formações para educadoras e educadores no interior, para aplicarem as práticas e oficinas no cotidiano escolar.

Iniciativas que buscam contribuir com ambientes escolares mais seguros, respeitos e que tenham o diálogo como primeira opção para enfrentar divergências e reconhecem a atuação conjunta do Judiciário e as instituições educacionais na construção de uma cultura da paz e prevenção de conflitos.







3.4. Atividades desenvolvidas no mês de junho

TJAC atua na implantação de grupos reflexivos para homens agressores no interior do estado

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria das Mulheres em Situação de Violência (Cosiv) e o Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures), realizou, na manhã desta sexta-feira, 11, o workshop Relações com Consciência: Grupos Reflexivos para Homens, em Acrelândia.

A ação teve o intuito de apresentar as principais iniciativas tomadas pelo Judiciário acreano em prol da proteção dos direitos das mulheres para a rede de proteção às vítimas de violência doméstica e familiar do município, dentre elas: o grupo reflexivo para homens, voltado à reeducação de agressores.





Na palestra, a coordenadora da Cosiv, juíza de Direito Andréa Brito, destacou a importância de penas alternativas, bem como da Justiça Restaurativa como estratégia inovadora de enfrentamento à violência doméstica e de promoção da igualdade de gênero.

"Os grupos [reflexivos] têm foco educativo e preventivo, promovendo autorreflexão, responsabilização e desconstrução de masculinidades violentas. A própria demanda por esses grupos surgiu das mulheres vítimas, conforme apontado em pesquisa do Ipea e do CNJ. No Acre, foram implementados projetos como 'Homens em Transformação' e outros grupos locais. A interiorização da política já alcança 12 leis municipais e 1 lei estadual", ressaltou a magistrada.

A juíza também evidenciou o trabalho da Nujures, coordenado pela desembargadora Waldirene Cordeiro, que se articula em diversas frentes de atuação, como: o sistema prisional, segurança pública, socioeducativo, população em situação de rua, educação e violência doméstica. E as ações da Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud), na formação de facilitadores para combate à violência doméstica.

Para juíza da comarca de Acrelândia, Rayane Gobbi, o workshop auxiliou na formação da rede de proteção municipal. "Tendo em vista que foi aprovada a lei que grupo reflexivo [para agressores] em novembro de 2024, e o prefeito está com a intenção de implementar [o grupo], a gente resolveu fazer essas palestras para mostrar a importância desta iniciativa no combate a violência contra à mulher", disse.

Além da rede de proteção municipal de proteção às vítimas de violência doméstica e familiar, participaram da ação o promotor de Justiça do Ministério Público do Acre (MPAC), Daisson Teles, o prefeito de Acrelândia, Olavo Rezende, o presidente da Câmara de Veradores de Acrelândia, Vitor Martinele, e servidoras e servidores do Sistema de Justiça e do Poder Executivo municipal.

3.5. Atividades desenvolvidas no mês de junho

Equipe da JR participa de reunião com a juíza Stephanie Winck, da Comarca de Tarauacá

A equipe da JR participou de uma reunião com a juíza Stephanie Winck, da Comarca de Tarauacá, no dia 14 de abril de 2025, para discutir a possível implantação de um Centro de Justiça Restaurativa naquela Comarca. O encontro visou analisar as viabilidades e benefícios dessa iniciativa para a promoção de um sistema de justiça mais inclusivo e reabilitador na região.



3.6. Atividades desenvolvidas no mês de agosto

Reunião da equipe do CEJURES com COCIV

No dia 28 de agosto de 2025, a equipe do CEJURES se reuniu com a coordenação da COCIV para tratar sobre a formação de Grupos Reflexivos que será promovido pela escola do judiciario no período de 07 a 09 de outubro de 2025. Nessa reunião também foi tratado sobre o 1º FOVID que será realizado tambem será realizado pela nossa escola.



3.7. Atividades desenvolvidas no mês de outubro

1º Encontro de Justiça Restaurativa do Acre promove diálogo sobre transformação social

Com o objetivo de fortalecer a cultura da paz, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) promove o 1º Encontro de Justiça Restaurativa do Acre nesta quinta e sexta-feira, 23 e 24 de outubro. A atividade está sendo realizada no auditório da Escola do Poder Judiciário (Esjud).

Dando o primeiro fôlego à narrativa do evento, a desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Núcleo de Justiça Restaurativa, elencou os eixos de atuação desenvolvidos pelo TJAC e como a disseminação das práticas restaurativas tem promovido a justiça social.





Em consonância, o secretário estadual adjunto de Educação, Reginaldo Prates, falou sobre o acordo de cooperação firmado para a execução do projeto Educar para Transformar, no qual 64 educadores passaram por formação e agora são multiplicadores da Justiça Restaurativa no ambiente escolar.

O presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, definiu que este primeiro encontro é um ponto de inflexão visível, um marco institucional e a reafirmação do compromisso com a cultura pela paz. Em seu discurso, relembrou sua experiência enquanto juiz na Vara de Família: "A lide sociológica exige muita

conversa e escuta ativa. Para assim enxergar o nó, pois todo o resto é apenas o novelo. Não devemos ser só burocratas, mas pessoas que estão servindo, para assim fazer a diferença e colaborar para a reconstrução social".

Também compuseram o dispositivo de honra: o prefeito de Rio Branco Tião Bocalom; o promotor de Justiça Vanderlei Cerqueira; a defensora pública-geral Juliana Marques; a presidente em exercício da Ordem dos Advogados Seccional Acre, Thais Moura, e; representando o Instituto Federal do Acre (Ifac), o procurador federal Breno Fonseca.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Nonato Maia, e os desembargadores, Roberto Barros e Elcio Mendes também participaram da abertura do evento.

Para o encerramento do momento solene, a servidora Mirlene Taumaturgo prestou uma homenagem ao presidente do TJAC, a diretoria da Esjud e ao Núcleo de Justiça Restaurativa. Para tanto, apresentou uma linha do tempo com o avanço dessa política na instituição, destacando a importância da quebra de paradigma fundamentada na lógica punitiva pela incorporação do cuidado e autorresponsabilização, "a justiça não se faz só nos autos, mas nas relações humanas", disse.

"A Justiça Restaurativa serve para lembrar quem nós realmente somos" – Kay Prannis

A agenda educativa avançou com a preleção da juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Kátia Roncada. A magistrada discorreu sobre a aplicação inicial da Justiça Restaurativa, enquanto solução para conflitos em relações institucionais e sindicâncias. Posteriormente, como se tornaram procedimentos estruturados, espaços para soluções e interrupções de crises. No entanto, foi ao contar sua experiência com círculos restaurativos, que a

magistrada projetou de forma definitiva novas perspectivas de esperança e inovação nas conexões reais.

A palestra Rede de Proteção e Responsabilidade Compartilhada deu relevo a metodologia do Ministério Público do Acre (MPAC) e foi apresentada pela servidora Otília Marinho. Ela explanou sobre o Centro de Atendimento à Vítima e o Observatório de Violência de Gênero, por meio do qual traçou a complexidade dos ângulos da realidade local. A juíza Olívia Ribeiro, presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), atuou como mediadora dessa pauta e, ao final, também relembrou boas práticas da Vara de Proteção à Mulher e o sucesso dos grupos reflexivos com os homens autores de violência doméstica.

A desembargadora Regina Ferrari tratou da Justiça Restaurativa na Socioeducação. Seu discurso conectou a visão inicial aos resultados práticos da atuação com o público infanto-juvenil. Isso foi feito a partir do compartilhamento da realização do projeto Mecânica de Bicicletas para socioeducandos e outras ações da Coordenadoria da Infância e Juventude.

A programação continua no período vespertino com as palestras: Desafios da Justiça Restaurativa nas Prisões Brasileiras; Cultura Punitiva e Transformação Social; Justiça Restaurativa, Comunidade e Polícia. Já o cronograma do segundo dia será dedicado as mesas redondas: Promovendo Respeito e Dignidade: O Potencial da Justiça Restaurativa para Pessoas em Situação de Rua; Educação e Justiça Restaurativa – Cultura de Paz nas Escolas; Práticas Restaurativas em Unidades Prisionais.



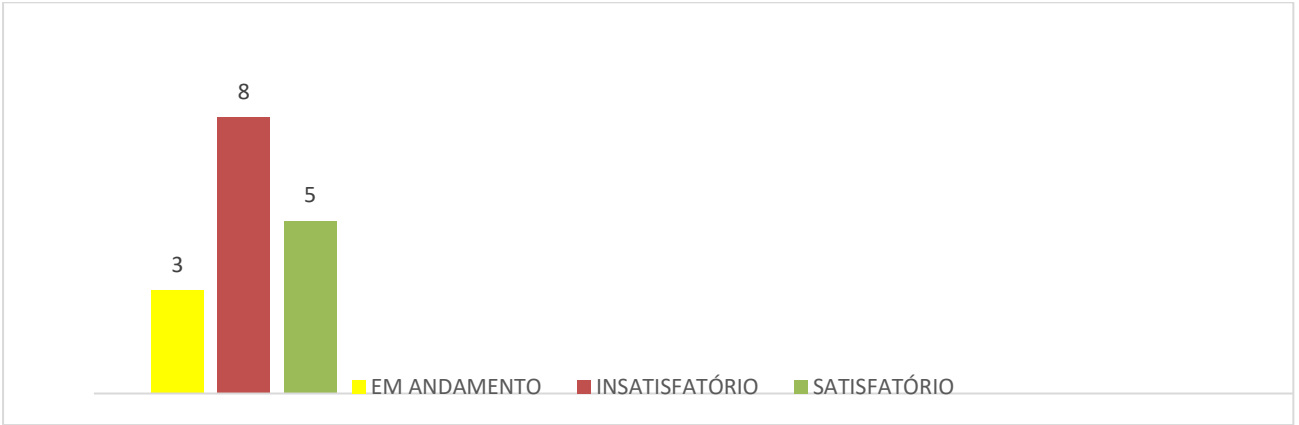






4. PROCESSOS RESTAURATIVOS EM NÚMEROS

Resultados dos 17 processos derivados ao CEJURES em 2024



5. CONCLUSÃO

O ano de 2025 caracterizou-se pelo fortalecimento e pela ampliação das práticas restaurativas, com destaque para sua consolidação no contexto educacional. Houve avanço expressivo nas ações de capacitação, alcançando não apenas a capital, mas também municípios do interior do Estado, por meio da oferta do módulo teórico do Curso de Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa.

Outro ponto relevante foi o crescimento no encaminhamento de demandas oriundas de outras unidades judiciárias, especialmente das Varas de Proteção da Infância e da Juventude, evidenciando o reconhecimento institucional da Justiça Restaurativa como instrumento adequado para a gestão de conflitos. Paralelamente, foram iniciadas articulações voltadas à inserção das práticas restaurativas no âmbito do Sistema Penitenciário, ampliando seu campo de atuação.

Cumpre ainda destacar o atendimento integral às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para fins de pontuação no Prêmio de Qualidade, incluindo a estruturação do Núcleo de Justiça Restaurativa, bem como a realização de ações de formação inicial e continuada. O conjunto dessas iniciativas contribuiu para a manutenção do elevado padrão de desempenho institucional, resultando na conquista do **Selo Ouro** pelo Tribunal de Justiça do Acre.